

FORVM <sup>DE</sup>  
ENTIDADES <sup>EM</sup>  
DEFESA <sup>DO</sup>  
PATRIMÔNIO  
CULTURAL  
BRASILEIRO

---

Ao Presidente Eleito, Exmo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva;  
Ao coordenador da transição e vice-presidente eleito, Exmo. Sr. Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho;  
Ao GT de Cultura da transição;  
Ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Otavio Soares Pacheco;  
Ao relator geral do Orçamento de 2023, Senador Marcelo Castro;  
Aos gestores culturais do Brasil e ao setor cultural brasileiro;

**O Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro**, que reúne 26 entidades da sociedade civil e está presente nas unidades da federação por meio dos seus Fóruns Estaduais vem, por meio desta, manifestar-se neste momento ímpar de forma a contribuir para um diálogo propositivo e construtivo com as autoridades eleitas, agentes públicos, parlamentares e com o setor cultural do país, sobre os imensos desafios e possibilidades que se abrem neste momento para as políticas culturais brasileiras. Louvamos a disposição do governo eleito de reconstruir o Ministério da Cultura e, já em seu processo de transição, estabelecer um diálogo propositivo com o segmento cultural, diante de temas fundamentais que exigem medidas e respostas urgentes. Notamos, outrossim, que é fundamental que a área do patrimônio cultural esteja presente nesse momento de transição.

Os órgãos de preservação do patrimônio cultural, dos arquivos e acervos e dos museus sofreram, principalmente desde 2016, com a redução dos orçamentos, o comprometimento de políticas de inclusão e participação social e a presença de gestores despreparados para lidar com a dinâmica e diversidade do universo cultural do patrimônio brasileiro. Nosso patrimônio cultural nas esferas nacional, estadual e municipal esteve sob constante ataque, e políticas de reconstrução dessa área são fundamentais. A sociedade brasileira precisa refletir sobre os processos dolorosos de opressão, exclusão e violência vividos ao longo de nossa história, para que possamos encarar as

consequências materiais e psicossociais que marcaram e continuam a marcar a nossa estrutura econômica, social e política.

Defendemos a criação de programa(s) para preservação, salvaguarda, valorização e difusão do chamado patrimônio sensível, relacionado a processos de sofrimento e traumas, como foram os processos de escravidão e das ditaduras, da fome e do racismo, vividos ao longo da história da sociedade brasileira, especialmente pelas populações indígenas, de origem africana e comunidades tradicionais. Defendemos a integração das políticas de patrimônio cultural com as políticas de desenvolvimento social, meio ambiente, assistência social, política de habitação e direitos humanos. Defendemos a garantia de direitos fundamentais e promoção da Democracia, baseando-se nos princípios de justiça, respeito e diversidade. Nesse sentido, acreditamos que programas voltados ao patrimônio material e imaterial devem interagir e promover o debate sobre a integração entre natureza e cultura, o respeito ao habitat, o direito à memória, à terra, à moradia digna e à cidade, aproximando, assim, o campo do patrimônio aos Objetivos do Milênio da ONU e a tantos outros compromissos nacionais e internacionais relacionados aos Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário. Defendemos, por fim, a implementação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural e do seu respectivo Fundo e a implementação dos programas de proteção ao patrimônio cultural, tendo como base o tripé "Cultura, Educação, Território" e que sejam geridos em parceria com a sociedade civil e governos, para fortalecer as relações sociais comunitárias, capazes de reconstruir o pacto social e unificar a nação em torno da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

**Demandamos, por meio dessa missiva, a presença de representantes especialistas da área de patrimônio na equipe de transição e no GT de Cultura, se possível, colaborando com a criação de um sub-grupo de Patrimônio Cultural. Consideramos fundamental a presença desse campo já nesse momento, visto que o mesmo não tem importância secundária ou acessória, mas, assim, é constituidor do entendimento**

**de que a cultura e o patrimônio cultural são direitos fundamentais, imprescindíveis, e que precisam ser garantidos e impulsionados por um Estado Democrático de Direito.**

Indicamos os seguintes nomes, escolhidos de forma paritária, para compor um grupo de interlocução com a equipe de transição da Cultura :

Ana Carolina da Silva Borges

Cristina Meneguello

Débora da Costa Queiroz

Eduardo Romero de Oliveira

Leonardo Barci Castriota

Luciana Gonçalves de Carvalho

Marcos Olender

Nivaldo Andrade Junior

Por fim, manifestamos nosso apoio para a indicação de Desirée Ramos Tozi, servidora do IPHAN, lotada em Brasília, para compor e apoiar a equipe de transição.

Segue, em anexo, um mini-currículo de cada um dos indicados, para fins de verificação.

Reforçamos, também, que estamos à disposição para oferecer, por meio das centenas de especialistas que compõem o Fórum, para prestar assessoria, nesse momento e futuramente, para o sucesso do governo federal.

Brasil, 15 de novembro de 2022.

**FORVM** <sup>DE</sup>  
**ENTIDADES** <sup>EM</sup>  
**DEFESA** <sup>DO</sup>  
**PATRIMÔNIO**  
**CULTURAL**  
**BRASILEIRO**

---

Assinam essa indicação as entidades componentes do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro:

ABA – Associação Brasileira de Antropologia  
ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas  
ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura  
ABGC – Associação Brasileira de Gestão Cultural  
ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo  
ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia  
ANPUH – Associação Nacional de História  
ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais  
ANTECIPA – Associação Nacional de Pesquisa em Tecnologia e Ciência do Patrimônio  
ARQUIFES – Rede Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino  
AsMinc – Setorial dos Servidores do IPHAN na Associação dos Servidores do Ministério da Cultura  
CBHA – Comitê Brasileiro de História da Arte  
DOCOMOMO Brasil – Seção Brasileira do Comitê Internacional para a Documentação e Conservação de Edifícios, Sítios e Conjuntos do Movimento Moderno  
FENEA – Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo  
FNA – Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas  
FNArq – Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil  
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil  
ICOM-BR – Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus  
ICOMOS Brasil – Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios  
SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira  
SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia  
PróIPHAN – Grupo formado por servidores aposentados do IPHAN  
TICCIH Brasil – Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial

## **Anexo: qualificação dos nomes indicados**

Ana Carolina da Silva Borges

Pós-Doutora em História pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL (2018), Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP (2016), atualmente é Pós Doutoranda em História na UNICAMP e Professora Efetiva na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Vinculada aos Grupos de Pesquisas: Coletivo Negro: grupos de estudos sobre racismo, segregação, encarceramento e genocídio no Brasil (UFR) e História e Estudos de Gênero (UFMT), desenvolveu e ainda trabalha com grupos marginalizados, a saber: populações tradicionais, populações indígenas, populações ribeirinhas e mulheres negras. Especializou-se em diversas temáticas tais como: Patrimônio Cultural, história e educação, correntes decoloniais, correntes africanistas, memória e educação, colonização africana, trabalho forçado no Brasil, história ambiental, discussões sobre gênero, culturas periféricas, história agrária, projetos políticos de Nação no Brasil República, história indígena, estudos sobre fronteira na América e políticas públicas. Ministra disciplinas e atua em diversas áreas de conhecimento à saber: História do Brasil, História da América, História da África, Fronteiras e estudos afro-brasileiros e indígenas na América. Desde 2019 têm desenvolvido projetos de extensão, projetos de pesquisa e consultorias a respeito do mapeamento das Unidades Territoriais Tradicionais, com ênfase em comunidades ribeirinhas, comunidades quilombolas, povos indígenas e casas de axé que praticam religiões de matriz africana

Cristina Meneguello

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (1988), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1992), realizou doutorado-sanduíche na Universidade de Manchester (Reino Unido) obtendo o título de doutora na Universidade Estadual de Campinas (2000). Realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade de Veneza (IUAV), Itália, em 2005, e na Universidade de Coimbra, Portugal, em 2008. Participou de programa de docente visitante na Universidade de Padova (2013). É docente em regime de dedicação exclusiva do departamento de História da Universidade Estadual de Campinas desde 1998, atuando nos cursos de História e de Arquitetura e Urbanismo. Recebeu, dentre outros prêmios, o Prêmio de Reconhecimento Acadêmico Zeferino Vaz (2011), a Medalha "Ippolito Nievo" da Associazione degli Amici Dell'Università di Padova pela defesa do Patrimônio Industrial (2012), o Prêmio PROEC de Extensão Universitária (2019) e o segundo lugar do prêmio em Educação da Fundação Peter Muranyi (2021). Foi por 4 anos presidente do Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil), do qual é membro fundadora e atualmente vice-presidente. Foi representante nacional junto ao TICCIH Internacional (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage). Foi coordenadora e

FORVM <sup>DE</sup>  
ENTIDADES <sup>EM</sup>  
DEFESA <sup>DO</sup>  
PATRIMÔNIO  
CULTURAL  
BRASILEIRO

coordenadora associada de graduação (2001-2005), chefe de departamento (2007), Diretora Associada do Museu Exploratório de Ciências - Unicamp (entre 2008 e 2012) e assessora da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário da UNICAMP (2013-2015). Foi presidente da ANPUH São Paulo (Associação Nacional de História - regional São Paulo) entre 2012 e 2014. Atualmente é primeira-secretária da Anpuh Brasil (2021-2023). Coordenou o Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistoria) da UNICAMP (2016-2020) e foi membro da CAN (Comissão Acadêmica Nacional) do Profhistoria (2017-2020). É coordenadora da Olimpíada Nacional em História do Brasil para escolas públicas e particulares, que iniciou em 2009 e está em sua 14ª edição (2022), assim como da Pré-ONHB (Olimpíada de História para públicos mais amplos) e dos Cursos de Formação online da Olimpíada, voltados aos professores de história. Atuou na elaboração e/ou revisão do vestibular da Unicamp (tradicional e vestibular indígena) e é responsável pela curadoria da prova de história na ONC (Olimpíada Nacional de Ciências), que nos últimos dois anos teve cerca de 2 milhões de participantes. Tem experiência na área de História Contemporânea, Teoria da História, Cultura Visual, Divulgação Científica, Ensino de História e Preservação do Patrimônio, em especial Patrimônio Industrial e no debate memória-patrimônio.

Desiree Ramos Tozi

Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (2003), especialização *Latto Sensu* em Gestão Pública pela ENAP (2016) e Curadoria em Museus de Arte pelo Museu de Arte Contemporânea da USP (2009), e sou Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (2007). Conclui o doutorado no Programa de Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro) /UFBA, onde realizei pesquisa relacionada ao campo da agência política no Candomblé. Fiz estágio-sanduiche no Departamento de Antropologia da City University of New York/CUNY e sou Pesquisadora Associada do Center of Folklife and Cultural Heritage, da Smithsonian Institution, Washington/DC/USA. Experiência nas áreas de Patrimônio Cultural, Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Gestão de Políticas Públicas.

Débora da Costa Queiroz

Débora Queiroz graduou-se em Arquitetura e Urbanismo em 2006, pela Universidade Federal Fluminense. Cursou Mestrado em Restauração de Monumentos de Arquitetura na Universitat Politècnica de Catalunya, em Barcelona. Atualmente está cursando o Mestrado em Turismo e Patrimônio pela Universidade Federal de Ouro Preto. Fez parte do Corpo Técnico da Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IPHAN-MG) e desde 2012 é servidora da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP). Possui experiência diversificada no ramo do Patrimônio Cultural, como: Desenvolvimento e Gerenciamento de Projetos de Restauração em bens tombados, levantamentos de Edifícios Históricos, Laudos de Estado de Conservação de Bens edificados, realização de inventários e Dossiês de Tombamento de Bens Culturais.

Eduardo Romero de Oliveira

Livre-docente em Patrimônio Cultural (UNESP, 2019), Doutor em Filosofia (Universidade de São Paulo, 2003), Mestre em História (Universidade de São Paulo, 1995), graduado em História (Universidade Estadual de Campinas, 1990). Realizou pesquisa de pós-doutoramento na Universidade do Minho (2010), Universidade de Birmingham/ Ironbridge International Institute for Cultural Heritage (2015). Atuou como professor visitante Master Erasmus Mundus Techniques, Patrimoine, Territoires de l'Industrie, na Université Paris I ? Pantheon Sorbonne (2019). Atualmente é Professor Associado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (desde 2004), na graduação (UNESP, campus de Rosana), no Programa de Pós-Graduação de História Social (UNESP/FCL, campus de Assis) e Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (UNESP/FAAC, campus de Bauru). Atua como membro de comissões científicas e parecerista: como parecerista na FAPESP, Boletim do Museu Emilio Goeldi, Revista de História (UNESP), Membro do Comitê Científico de Patrimônio Histórico na Revista de História TST - Transportes, Servicios y Telecomunicaciones e Membro do Corpo Editorial da revista The Historic Environment: Policy & Practice. Ocupa o cargo de presidente do Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial (2021-2023). Membro do grupo de trabalho ICOMOS Our Common Dignity Rights-based Approaches Working Group (2018 ? atual). Desenvolve investigações em temas relativos a patrimônio cultural, história dos transportes e memória. Possui diversos trabalhos publicados sobre patrimônio industrial, história do transporte ferroviária, memória e turismo cultural. Nos últimos anos tem desenvolvido pesquisa sobre patrimônio industrial ferroviário (identificação, preservação e gestão), com colaboração de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Leonardo Barci Castriota

Leonardo Barci Castriota é arquiteto-urbanista (1986), com doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000) e pós-doutorado junto ao Getty Conservation Institute (GCI) em Los Angeles (2001) e a Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. É Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL) e, desde dezembro de 2017, Vice-Presidente do ICOMOS internacional. Foi Vice-Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH), de 2012 a 2016. Publicou 25 artigos em periódicos especializados e 98 trabalhos em anais de eventos. Possui 35 capítulos de livros e 16 livros publicados e organizados. Possui 65 itens de produção técnica, entre os quais se destacam projetos de restauração, planos e projetos de conservação e reabilitação do patrimônio e de planejamento urbano, notadamente a coordenação de seis planos diretores municipais. Participou de 115 eventos, no exterior e no Brasil. Orientou 19 dissertações de mestrado, 30 monografias de conclusão de curso de especialização, além de ter orientado 42 trabalhos de iniciação científica nas áreas de arquitetura e urbanismo, filosofia e direito. Recebeu 9 prêmios e/ou homenagens. Atua na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em conservação e revitalização do patrimônio do planejamento e projeto do espaço urbano. Foi pesquisador da Rockefeller Foundation e do Getty

FORVM <sup>DE</sup>  
ENTIDADES <sup>EM</sup>  
DEFESA <sup>DO</sup>  
PATRIMÔNIO  
CULTURAL  
BRASILEIRO

Conservation Institute, sendo pesquisador com bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, desde 2002 e da FAPEMIG, com a bolsa de Pesquisador Mineiro, desde 2007. Tem atuação também em diversos cargos e conselhos na área do patrimônio, podendo se destacar a Diretoria de Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1993-1994), o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1995-2000), o Conselho Curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), sendo atualmente membro do Conselho Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Conselho Estadual do Patrimônio de Minas Gerais (CONEP-MG). Foi Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento de Minas Gerais (IAB-MG) (1999-2003) e Diretor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (2002-2006). Atualmente é sub-coordenador do Mestrado Interdisciplinar em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (MACPS) na UFMG. Em seu currículo Lattes, os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: patrimônio, arquitetura, planejamento urbano, revitalização, preservação, Brasil, conservação, cidade e história.

Luciana Gonçalves de Carvalho

Doutora em Ciências Humanas-Antropologia (PPGSA/UFRJ, 2005), com pós-doutorado em Antropologia em andamento na UnB (2020-). Professora Associada na Universidade Federal do Oeste do Pará, atuando nos cursos de graduação em Antropologia, mestrado em Ciências da Sociedade e doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (Ciências Ambientais). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Líder do Grupo de Pesquisa Diversidade Cultural, Território e Novos Direitos na Amazônia, com pesquisas em andamento sobre direitos coletivos e conflitos socioambientais em comunidades rurais, ribeirinhas e extrativistas afetadas por projetos de desenvolvimento e Unidades de Conservação. Coordena o Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia (Proext//MEC) desde 2010, com atuação na região da Calha Norte. De 2001 a 2010 atuou como pesquisadora e gestora de diversos projetos de pesquisa e desenvolvimento no campo do patrimônio cultural brasileiro, no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Iphan e na Superintendência do Iphan no Pará. É autora de publicações sobre patrimônio cultural imaterial, cultura popular, memória, trabalho e conhecimentos tradicionais em comunidades amazônicas, bem como de relatórios técnicos, laudos e outros estudos antropológicos em processos de regularização fundiária, disputa territorial e conflito socioambiental.

Marcos Olender

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2007) e pós-doutorado em Urbanismo pela UFRJ. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Juiz de Fora. É diretor do Centro de Conservação da Memória (CECOM) da UFJF, órgão vinculado

FORVM <sup>DE</sup>  
ENTIDADES <sup>EM</sup>  
DEFESA <sup>DO</sup>  
PATRIMÔNIO  
CULTURAL  
BRASILEIRO

à Pró-Reitoria de Cultura da mesma Universidade. É coordenador do grupo de pesquisa e extensão Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA) da UFJF. Desde 2015 participa da Diretoria do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS - Brasil), sendo, desde 2021 o seu Diretor Geral de Comitês Científicos. É o coordenador em exercício do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro. Tem experiência nas áreas de Patrimônio Histórico e Cultural, de História da Cultura e de História da Arquitetura e do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: história e teoria da preservação do patrimônio histórico e cultural, novas abordagens e perspectivas do patrimônio histórico e cultural (tanto material quanto imaterial), descolonização da preservação do patrimônio histórico e cultural, política e gestão do patrimônio histórico e cultural.

Nivaldo Vieira de Andrade Junior

Possui graduação (2002), mestrado (2006) e doutorado (2012) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Realizou pós-doutorado (2016-17) junto à École d'Urbanisme de Paris / Université de Paris-Est Créteil Val de Marne / Université de Paris-Est Marne-la-Vallée, com bolsa CAPES. Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da UFBA, tendo sido coordenador do Núcleo de Teoria, História, Projeto e Planejamento (2015-16); coordenador (2012-2014) e vice-coordenador (2009-2012) do Colegiado do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Noturno) e membro do Núcleo Docente Estruturante. É Professor permanente do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da UFBA, tendo sido coordenador deste último no biênio 2020-2022. Atualmente, é um dos coordenadores do Projeto de Cooperação entre Instituições - Mestrado Internacional em Arquitetura e Urbanismo entre a UFBA e a Universidad Mayor de San Simon (Bolívia). Líder do Grupo de Pesquisa Projeto, Cidade e Memória (CNPq). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Foi Presidente Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) no triênio 2017-2020, tendo sido Secretário Executivo da Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos (FPAA). É Conselheiro Vitalício do IAB, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN) e foi membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural de Salvador (Fundação Gregório de Matos / Prefeitura Municipal de Salvador), do Conselho Deliberativo do Comitê Brasileiro do ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) e do Conselho Diretor do DOCOMOMO Brasil. Foi fundador, em 2019, e coordenador, entre 2019 e 2021, do Fórum Nacional de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, formado por 25 entidades profissionais e acadêmicas de arquitetos, arqueólogos, antropólogos, sociólogos, geógrafos, historiadores e museólogos, com representação em 25 estados brasileiros. Tem participado regularmente da Comissão Julgadora de concursos, premiações e bienais de arquitetura no Brasil e no exterior, com destaque para a Bienais de Arquitetura de Quito, da Colômbia e da Costa Rica. Foi coordenador geral da quarta e da quinta edições do ArchiMemória - Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado (2013 e 2017) e coordenador da Comissão Científica do 6º Seminário Projetar (2013). De 2015 a 2021, participou do Comitê Científico do UIA2021RIO - 27th World Congress of Architects, promovido pela Union Internationale des Architectes (UIA)

---

FORVM <sup>DE</sup>  
ENTIDADES <sup>EM</sup>  
DEFESA <sup>DO</sup>  
PATRIMÔNIO  
CULTURAL  
BRASILEIRO

---

e organizado pelo IAB. Dentre as premiações recebidas, destacam-se: o Prêmio ANPARQ (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) em 2020, na categoria "Livro autoral"; o 1º lugar no Prêmio Caixa-IAB 2006 - Concurso Nacional de Idéias e Soluções para a Habitação Social no Brasil; 3º lugar no 1º Prêmio de Arquitetura Akzo Nobel para obras construídas de jovens arquitetos brasileiros; menções honrosas no Prêmio CAPES de Tese 2013 e no Prêmio ANPARQ de Tese 2014; e três menções honrosas, como orientador, no Prêmio Opera Prima - Concurso Nacional de Trabalhos Finais de Graduação. Projetos de sua autoria têm sido publicados em revistas e livros especializados e participado de exposições no Brasil e em diversos países das Américas, Europa, Ásia e África abordando temas relacionados à preservação do patrimônio edificado e à arquitetura e urbanismo modernos e contemporâneos, em especial intervenções em edifícios e sítios de valor cultural, teorias da conservação e da restauração e políticas.